

<b>IBGE</b> <b>AUTORIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – APS</b>				Nº 006/2020			
CNPJ: 33.787.094/0013-83 - UE-GO							
ENDEREÇO: Av. 85 nº 759 - Edifício Felicidade - Setor Sul - Goiânia - CEP: 74080-010							
TELEFONES: 32398326 FAX: (62) 3239-8104							
DESTINATÁRIO: ATLANTIC MUDANCAS E SERVICOS EIRELI ENDEREÇO: RUA HEDBERTO DIAS CIDADE: GOIÂNIA  CEP: 74486220 CNPJ: 09.144.019/0001-86  TEL: (62) 4141-7643 FAX: EMAIL:				Nº PROC MÃE:			
				-----			
				UNIDADE REQUISITANTE		PROC. AQUISIÇÃO	
				UE/GO-GRM		0023116.00000049/2020-49	
				MODALIDADE/AMPARO LEGAL			
				DISPENSA DE LICITAÇÃO - LEI 8.666/93 - ART 24 INC II			
				Nº MOD		ELEM. DE DESPESA	
0007/2020		33903910;					
EMPENHO		VALOR (R\$)					
2020NE800111		12.240,0000					
Essa firma está autorizada a prestar ao IBGE o serviço abaixo indicado, observadas as condições constantes da proposta apresentada. O descumprimento das condições estabelecidas nesta AUTORIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ensejará na aplicação de sanções administrativas descritas no anexo, de acordo com a Lei nº 8.666/93.							
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	CATMAT/CATSER	UNID.	QUANT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	ARMAZENAGEM EM GERAL / SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO DE BENS MÓVEIS, SENDO: UM ESPAÇO DE 80 M² PARA UM PERÍODO DE 10 MESES, CONCOMITANTE COM UM ESPAÇO DE 150 M² PARA UM PERÍODO DE 2 MESES E LOGO APÓS UM ESPAÇO DE 130 M² POR MAIS 2 MESES. REQUISITO PARA CONTRATAÇÃO: SEGURANÇA DO LOCAL E A CONTRATADA SE RESPONSABILIZAR POR QUALQUER DANO OU ROUBO ENQUANTO ESTES ESTIVEREM EM SUA GUARDA.		0000014087	UNIDADE	1	12.240,0000	12.240,0000
Obs.: Sendo uma empresa optante pelo simples, solicitamos que nos envie junto a NF, declaração de isenção conforme Anexo IV, da IN RFB nº 1.234/2012, itens 3.2 e 5.1.  Pagamento: Em até 05 DIAS a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada.  <b>A não devolução desse instrumento contratual, devidamente assinado, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, ensejará na aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei 8.666/93.</b>							
Valor Total da Despesa Por Extenso: DOZE MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS.							
A despesa decorrente foi apropriada no orçamento do IBGE para o corrente exercício, na forma do empenho indicado.							
PERÍODO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 1 DIA(S) ÚTIL(EIS)			LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL/EXECUÇÃO DO SERVIÇO: GOIÂNIA (GO) - RUA 85 ED. PORTOBRÁS :: (SETOR: UE/GO)				
VENCIMENTO: 02/03/2020							

**MENCIONAR NA NOTA FISCAL O Nº DESTA AF/APS, BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE**



Anexo da APS nº 006/2020  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta autorização, a Administração pode aplicar, considerando a gravidade da conduta, as seguintes sanções:

1.1.1. Advertência;

1.1.2. Multa;

- 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;

- 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, em caso de atraso na execução do objeto por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

- 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

1.1.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o IBGE, pelo prazo de até dois anos;

1.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o IBGE pelos prejuízos causados.

1.2. As sanções previstas nos subitens 1.1.1, 1.1.3 e 1.1.4 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-se dos pagamentos a serem efetuados.

1.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**2. DA RESCISÃO**

2.1. A presente contratação poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

2.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e a ampla defesa.

2.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1. Executar os serviços conforme especificações desta autorização e de sua proposta;

3.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, em até 10 (dez) dias do recebimento da notificação, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, e por todo e qualquer dano causado à União ou ao IBGE, devendo ressarcir imediatamente em sua integralidade;

3.4. Comunicar ao IBGE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.6. Apresentar, juntamente com a nota fiscal, declaração, na forma constante do Anexo IV, da IN RFB nº 1.234/2012, no caso de a Contratada ser optante pelo Simples Nacional.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.2. Exercer o acompanhamento e fiscalização dos serviços;

4.3. Pagar à Contratada o valor da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas, efetuando as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal;

4.4. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do serviço contratado.

**5. DAS VEDAÇÕES**

5.1. É vedado à Contratada caucionar ou utilizar esta autorização para qualquer operação financeira; e interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

**6. DA SUBORDINAÇÃO LEGAL**

6.1. O cumprimento das condições desta APS seus anexos, sua execução e seu acompanhamento, estão vinculados à proposta da Contratada, que lhe deu origem, regendo-se, no que couber, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 9.069/95, Lei nº 9.430/96, Lei nº 10.522/2002 – CADIN, Decreto nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002, Decreto nº 9.580/2018, IN/MPDG nº 05/2017, IN/MPDG nº 03/2018 e IN RFB nº 1.234/2012 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PELA CONTRATADA

ASSINATURA

Representante- Nome/Cargo/Carimbo

DATA DE ASSINATURA: 02/03/2020

PELO IBGE

Edson Roberto Vieira  
Chefe da Unidade Estadual do IBGE em Goiás  
IBGE UEGO

Representante- Nome/Cargo/Carimbo